

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

A licitação em questão tem por objetivo a prestação de serviço de seguro de responsabilidade civil facultativa de veículos, a primeiro risco absoluto, com cobertura para danos materiais e danos corporais a terceiros e para acidentes pessoais a passageiros, para veículos da Superintendência de Limpeza Urbana – SLU, de Belo Horizonte – MG, conforme condições e exigências estabelecidas quando da elaboração do Termo de Referência.

O Estudo Técnico Preliminar - ETP, de acordo com o inciso XX do art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, é um *“documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”*.

Cumpra ao ETP evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e será elaborado nos termos do § 1º do art. 18 da referida Lei, devendo conter, no mínimo, a descrição da necessidade considerando o problema a ser resolvido, as estimativas de quantidades e valor, as justificativas para o parcelamento ou não e o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Trata-se, portanto, de importante instrumento de concretização do princípio do planejamento no âmbito das contratações públicas, mas a própria Lei deixa evidente que, em determinadas hipóteses, a sua elaboração será facultada.

Veja-se o que dispõe o inciso I do art. 72 da norma supracitada:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo. (g.n.)

Na mesma esteira, o Decreto nº 18.347, de 22 de junho de 2023, regulamento municipal que dispõe acerca dos Estudos Técnicos Preliminares, faculta a sua elaboração nas hipóteses previstas no art. 75, incisos I, II, III, VII e VIII e art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas seguintes, dentre outras:

- Quando não se tratar de prestação de serviços considerados inéditos e que tenham sido contratados nos últimos 10 (dez) anos.



- Quando não houver necessidade de reavaliar a forma de contratação contida em contrato anterior.
- Contratação para aquisição de bens e prestação de serviços cujo valor estimado da licitação ou contratação direta não supere R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Não obstante essa margem de discricionariedade dada pelo legislador, entende-se que o estudo técnico preliminar deve ser obrigatório em casos de maior complexidade ou quando se tratar de contratação com valores vultosos, sem embargo de se elaborar o ETP mesmo quando não incidir tal obrigatoriedade, a juízo da autoridade administrativa.

Diante disso, com fundamento na autorização prevista nos incisos III, IV e VI do art. 4º do Decreto nº 18.347/2023, que não se trata de caso de maior complexidade, **opta-se pela não elaboração de Estudo Técnico Preliminar no presente caso.**

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2025.

Portal da Assinatura - PBH

3 página(s) assinada(s) - Datas e horários baseados em Brasília, BR

Certificado de assinaturas gerado em quarta-feira, 13 de agosto de 2025 às 15:58

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

DISPENSA_DE_ESTUDO_TÉCNICO_PRELIMINAR - 15-07-25.pdf

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em quarta-feira, 13 de agosto de 2025 às 15:58

Assinante: ISAC NEWTON DE SOUZA Matrícula: LU010796

Hash da assinatura: CF0E4DDAF135B63F5576CE5FFD10ECD786A7CA8C Para validar utilize o QR Code ao lado

